

Filosofia Medieval

Professora: Laís Alves

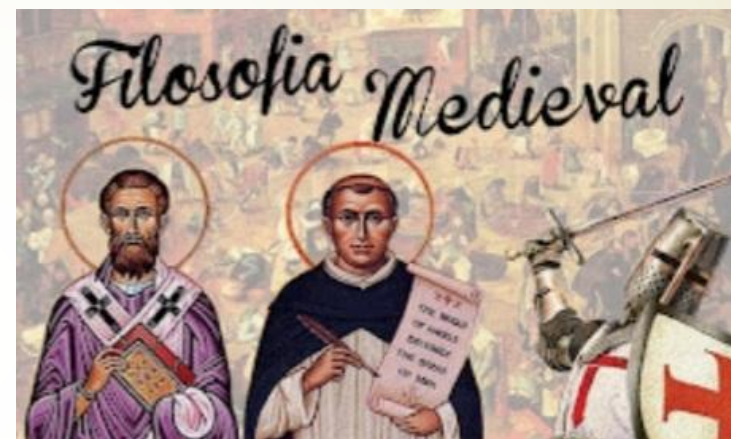
**"A ESPERANÇA TEM DUAS FILHAS LINDAS, A
INGIGNAÇÃO E A CORAGEM; A INDIGNAÇÃO NOS
ENSINA A NÃO ACEITAR AS COISAS COMO ESTÃO; A
CORAGEM, A MUDA-LAS." - AGOSTINHO**

Contexto histórico

Ao longo do século V d.C., o Império Romano do Ocidente sofreu ataques constantes dos **povos bárbaros**. Os confrontos levaram ao esfacelamento do poder de Roma. Desenvolveu-se uma nova estruturação da vida social europeia, que corresponde ao **Período Medieval**.

Igreja Católica – conseguiu manter-se como instituição e difundiu a doutrina católica ao mesmo tempo em que incorporou e preservou muitos elementos da cultura greco-romana.

Apoiada na em sua crescente influência religiosa, a Igreja passou a exercer importante papel político na sociedade medieval.



DIVIDIDA EM DUAS GRANDES FASES

- 1) PATRÍSTICA;
- 2) ESCOLÁSTICA;

PATRÍSTICA: começa por volta do século V, e recebe esse nome porque foi desenvolvida pelos chamados “**Padres da Igreja**”.

FOCO: disseminação do cristianismo; defesa da Religião cristã; refutação ao paganismo.

Preocupava-se em adaptar os ensinamentos da filosofia grega, especialmente de **Platão**. Para Platão, a **ideia** era algo que existia antes de as **coisas** serem concretizadas.

Os padres da Igreja, associavam o **mundo das ideias** platônicas com a **palavra de Deus**;

Utiliza os **conceitos** de **alma** e **corpo** explicados por Platão. Para ele, a **alma** é **imortal** porque pertence ao **mundo das ideias**. Enquanto o **corpo**, que é **mortal**, pertence ao **mundo sensível**.

Os padres irão pegar esta ideia, fundamentando que a alma é pura e espiritual, enquanto o corpo é o lugar do pecado, por ser matéria.

DIFERENÇAS ENTRE A FILOSOFIA GREGA E O CRISTIANISMO

Para os gregos, o mundo era eterno, sem começo e fim;

Para os cristãos, o mundo foi criado por Deus, com começo e fim;

CAMINHO PARA SE CHEGAR À VERDADE

Para os gregos, tudo devia ser **questionado** e discutido, à **luz da razão**, e, dessa forma, a verdade seria encontrada;

Para o cristianismo, os **dogmas** eram **verdades imutáveis** e não poderiam ser discutidas, nem entendidas, por conta da **limitação humana**.

SANTO AGOSTINHO – principal representante da patrística.

PRINCIPAIS IDEIAS

1) **FÉ E RAZÃO**

2) **PROVIDENCIALISMO**

Para Agostinho, não havia conflito entre **fé** e **razão**.

“É preciso compreender para crer, e crer para compreender”.

Acreditava na fusão da fé, representada pela Igreja, e na razão, representada pela filosofia, para encontrar a verdade, que seria Deus.

Os **pagãos** não entendiam os deuses como os portadores de uma verdade.

Em relação ao providencialismo, para Agostinho, tudo que ocorre ao ser humano é pela vontade de Deus.

ESCOLÁSTICA: se desenvolveu durante os séculos IV-XVI, e seu nome provém da palavra “escola”, pois a filosofia devia ser ensinada aos estudantes. Nesse momento, surgem as primeiras universidades na Europa.

A escolástica se baseava, principalmente, na filosofia de Aristóteles, afirmava que o **objetivo** da vida humana é a **felicidade**.

SÃO TOMÁS DE AQUINO: maior representante da escolástica. Para ele, a razão auxiliava a fé, pois era racional crer na existência de algo superior. Por outro lado, a fé ajudava a razão pelo fato de ser um critério para a verdade e atuar como um parâmetro.

5 VIAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

VIA DO MOVIMENTO: o primeiro que provocou o movimento foi Deus;

VIA DA CAUSALIDADE: tudo tem uma causa; o primeiro que causou foi Deus;

VIA DO CONTINGENTE E DO NECESSÁRIO: as coisas existem porque são necessários. Existem algumas que são ocidentais, a qual chamamos de “contingentes”.

Se elas existem, obedecem a um propósito.

VIA DOS GRAUS DE PERFEIÇÃO: ser perfeito seria Deus, do qual se derivam todas as outras criaturas;

VIA DA FINALIDADE: tudo existe para um fim, mas nem todas as coisas entendem a sua finalidade.

QUESTÕES

(Enem/2019) De fato, não é porque o homem pode usar a vontade livre para pecar que se deve supor que Deus a concedeu para isso. Há, portanto, uma razão pela qual Deus deu ao homem esta característica, pois sem ela não poderia viver e agir corretamente. Pode-se compreender, então, que ela foi concedida ao homem para esse fim, considerando-se que se um homem a usa para pecar, recairão sobre ele as punições divinas. Ora, isso seria injusto se a vontade livre tivesse sido dada ao homem não apenas para agir corretamente, mas também para pecar. Na verdade, por que deveria ser punido aquele que usasse sua vontade para o fim para o qual ela lhe foi dada?

AGOSTINHO. O livre-arbítrio. In: MARCONDES, D. Textos básicos de ética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Nesse texto, o filósofo cristão Agostinho de Hipona sustenta que a punição divina tem como fundamento o(a)

- a) desvio da postura celibatária.
- b) insuficiência da autonomia moral.
- c) afastamento das ações de desapego.
- d) distanciamento das práticas de sacrifício.
- e) violação dos preceitos do Velho Testamento.

(ENEM 2018) Não é verdade que estão ainda cheios de velhice espiritual aqueles que nos dizem: “Que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? Se estava ocioso e nada realizava”, dizem eles, “por que não ficou sempre assim no decurso dos séculos, abstendo-se, como antes, de toda ação? Se existiu em Deus um novo movimento, uma vontade nova para dar o ser a criaturas que nunca antes criara, como pode haver verdadeira eternidade, se n’Ele aparece uma vontade que antes não existia?”

AGOSTINHO. Confissões, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

A questão da eternidade, tal como abordada pelo autor, é um exemplo de reflexão filosófica sobre a(s)

- a) essência da ética cristã.
- b) natureza universal da tradição.
- c) certezas inabaláveis da experiência.
- d) abrangência da compreensão humana.
- e) interpretações da realidade circundante.

(ENEM 2015) Se os nossos adversários, que admitem a existência de uma natureza não criada por Deus, o Sumo Bem, quisessem admitir que essas considerações estão certas, deixariam de proferir tantas blasfêmias, como a de atribuir a Deus tanto a autoria dos bens quanto dos males. pois sendo Ele fonte suprema de Bondade, nunca poderia ter criado aquilo que é contrário à sua natureza.

AGOSTINHO. A natureza do Bem. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005 (adaptado).

Para Agostinho, não se deve atribuir a Deus a origem do mal porque

- a) o surgimento do mal é anterior à existência de Deus.
- b) o mal, enquanto princípio ontológico, independe de Deus.
- c) Deus apenas transforma a matéria, que é, por natureza, má.
- d) por ser bom, Deus não pode criar o que lhe é oposto, o mal.
- e) Deus se limita a administrar a dialética existente entre o bem e o mal.

(ENEM 2019 PPL) Tomás de Aquino, filósofo cristão que viveu no século XIII, afirma: a lei é uma regra ou um preceito relativo às nossas ações. Ora, a norma suprema dos atos humanos é a razão. Desse modo, em última análise, a lei está submetida à razão; é apenas uma formulação das exigências racionais. Porém, é mister que ela emane da comunidade, ou de uma pessoa que legitimamente a representa.

GILSON, E.; BOEHNER, P. História da filosofia cristã. Petrópolis: Vozes, 1991 (adaptado).

No contexto do século XIII, a visão política do filósofo mencionado retoma o

- a) A pensamento idealista de Platão.
- b) Conformismo estoico de Sêneca.
- c) Ensino místico de Pitágoras.
- d) Paradigma de vida feliz de Agostinho.
- e) Conceito de bem comum de Aristóteles.

(ENEM 2018) Desde que tenhamos compreendido o significado da palavra “Deus”, sabemos, de imediato, que Deus existe. Com efeito, essa palavra designa uma coisa de tal ordem que não podemos conceber nada que lhe seja maior. Ora, o que existe na realidade e no pensamento é maior do que o que existe apenas no pensamento. Donde se segue que o objeto designado pela palavra “Deus”, que existe no pensamento, desde que se entenda essa palavra, também existe na realidade. Por conseguinte, a existência de Deus é evidente.

TOMÁS DE AQUINO. Suma teológica. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

O texto apresenta uma elaboração teórica de Tomás de Aquino caracterizada por

- a) Reiterar a ortodoxia religiosa contra os heréticos.
- b) Sustentar racionalmente doutrina alicerçada na fé.
- c) Explicar as virtudes teologais pela demonstração.
- d) Flexibilizar a interpretação oficial dos textos sagrados.
- e) Justificar pragmaticamente crença livre de dogmas.